

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Assédio institucional

A pedido da Frente Parlamentar do Serviço Público (Servir), a Comissão de Assuntos Sociais promove, hoje, às 14h, audiência pública para debater o assédio institucional. Integrantes da Servir denunciam, por exemplo, o caso de servidor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) processado pelo MEC após publicar artigo e até o assassinato do indigenista Bruno Pereira — morto após se licenciar da Funai.

Data venia

Ao reiterar o arquivamento do inquérito sobre o suposto vazamento cometido pelo presidente Bolsonaro de uma investigação sigilosa da PF a respeito das urnas eletrônicas, a vice-procuradora Lindora Araújo, criticou o ministro do Supremo Alexandre Moraes. “O eminente Ministro Relator, data venia, acabou por violar o sistema processual acusatório”, escreveu, no parecer encaminhado ao Supremo. A ver a resposta do magistrado.

No Supremo

Na semana passada, a vice-procuradora recomendou o arquivamento de vários pedidos de investigação apresentados pela CPI da Covid contra o presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro Eduardo Pazuello e outros citados no relatório final. Em resposta às conclusões de Araújo, sete integrantes da extinta comissão pediram, no Supremo, a abertura de inquérito para averiguar suposta prevaricação cometida por Araújo.

Campo minado

A exemplo do chefe, Augusto Aras, a vice-procuradora não se furta de andar em campo minado.

O racismo que une Brasil e Portugal

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, repudiou publicamente atos de racismo e xenofobia no país europeu. Foi uma resposta à injúria racial cometida por uma cidadã portuguesa contra os filhos dos atores brasileiros Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank, em uma praia nos arredores de Lisboa. “Infelizmente, há setores racistas entre nós”, escreveu Rebelo. Mas “não se pode, nem deve, generalizar”, ponderou.

Rebelo de Sousa tem se esforçado em estreitar laços históricos entre Brasil e Portugal, especialmente no bicentenário da Independência da ex-colônia. Mas nem sempre obtém sucesso. Em visita recente ao Brasil, Rebelo encontrou-se com três ex-ocupantes do Planalto e testemunhou, in loco, a homenagem a Portugal na Bienal do Livro em São Paulo. O português sofreu,

entretanto, uma desfeita com o atual mandatário brasileiro. Ao saber que o visitante se encontraria com Lula, o presidente Jair Bolsonaro desmarcou um almoço agendado com antecedência.

Apesar dos desencontros, Rebelo de Sousa deve voltar ao Brasil para as festividades do Sete de Setembro — evento que será utilizado por Bolsonaro para tumultuar as eleições. No plano ideal, Brasil e Portugal poderiam aproveitar a ocasião para unir esforços contra mazelas comuns aos dois países, como o racismo. Casos de injúria racial são recorrentes aqui e lá. O episódio ocorrido com duas celebridades brasileiras apenas deu mais visibilidade a essa prática intolerável. Como alertou o ator branco Bruno Gagliasso, com expressivos olhos azuis: “Essa luta é de todo mundo”.



Combatentes

Conhecida no Brasil como “capitã cloroquina”, a médica e pré-candidata a deputada federal Mayra Pinheiro (PL-CE) receberá do presidente Jair Bolsonaro a Ordem do Mérito Médico, concedida a profissionais que se destacaram pelos serviços à saúde. “Honrei o meu país”, escreveu Mayra Pinheiro nas redes sociais. Em julho, o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), aquele que obteve indulto presidencial, foi agraciado com a Ordem do Mérito do Livro.

Diferenças e riquezas

Os candidatos do Partido Republicano da Ordem Social (Pros), Pablo Marçal, e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sofia Manzano, foram os primeiros a registrar as candidaturas à presidência da República junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ambas as chapas são ‘puro sangue’, sem coligações com outros partidos. As diferenças entre Marçal e Manzano não se limitam ao campo ideológico. Aos 35 anos, o empresário e influenciador digital, estreante na corrida eleitoral, declarou um patrimônio de R\$ 16,9 milhões ao TSE. Professora, Manzano informou um total de R\$ 498 mil.

Indigestão

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) está apreensiva com a votação, hoje, da MP que faculta às empresas pagar vales-refeição e vales-alimentação em dinheiro. A proposta tem como relator o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Segundo ele, boa parte dos trabalhadores já adota essa prática: troca os tíquetes por dinheiro, com deságio. A Abrasel, por sua vez, diz que a mudança trará enormes prejuízos a restaurantes.

LEGISLATIVO

Câmara vota MP do teletrabalho

Mudanças nas regras da CLT estão entre os projetos que serão analisados até sexta-feira, no esforço concentrado convocado pela Mesa

» RAPHAEL FELICE

A Câmara dos Deputados deve apreciar, hoje, três medidas provisórias (MPs) que estão perto de caducar. A principal — e que recebeu o maior número de emendas, 159 — é a MP 1108/2022, que regulamenta o teletrabalho e a jornada de trabalho híbrido ou remoto. A proposta, que perderá a validade no dia 7, altera trechos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dar segurança jurídica às modalidades de emprego que ganharam maior adesão durante a pandemia de covid-19, por causa do isolamento social.

Segundo as alterações promovidas pela MP, o trabalho remoto deve constar expressamente no contrato de emprego. Nele, devem constar horários e meios de comunicação entre funcionário e empregador — com repouso legais — e especificação das tarefas presenciais, sem descaracterizar o trabalho como remoto. A MP 1108 também faz alterações no auxílio-alimentação, determinando que seja destinado exclusivamente ao pagamento de refeição em restaurantes ou à compra de alimentos no comércio.

Há mais duas medidas provisórias que irão caducar no mesmo dia. A MP 1109/22 autoriza a adoção de regras trabalhistas diferenciadas em situações de calamidade pública, como a suspensão temporária de jornadas e salários dos trabalhadores. O texto recebeu 148 emendas.

Já a MP 1110/22, que recebeu sete emendas, traz novos prazos para o recolhimento de encargos por parte dos empregadores domésticos, e define regras para o Programa de Simplificação do Microcrédito

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Vinicius Carvalho (Republicanos-SP) discursa no esvaziado Plenário da Câmara dos Deputados, no primeiro dia de trabalho do semestre legislativo

Digital (SIM Digital).

A expectativa inicial era que as três propostas fossem apreciadas ontem, mas o “esforço concentrado” no dia de retorno das atividades legislativas não teve adesão presencial de parlamentares, que puderam participar da sessão no modelo semi-presencial. Segundo interlocutores da Câmara, a apreciação das propostas ficou para hoje, para que o debate ocorra com quórum mais expressivo.

As votações foram convocadas para limpar a pauta neste período que antecede o início

oficial da campanha eleitoral, quando os parlamentares costumam dedicar o tempo quase que exclusivamente à agenda política nos estados de origem. A grande maioria dos deputados e parte dos senadores tentarão se reeleger em outubro. A falta de atividades legislativas em períodos pré-eleitorais é conhecida como “recesso branco” e tem o apoio das mesas da Câmara e do Senado, assim como de todas as lideranças partidárias. Até as eleições, outros períodos de esforço concentrados deverão ser convocados.

Interesse eleitoral

Ao longo desta semana — período acordado para o esforço concentrado na Câmara —, outras MPs precisam ser votadas. Entre elas, a que criou o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, com objetivo de incentivar a inserção desse público no mercado de trabalho. O avanço da proposta no Congresso interessa ao presidente Jair Bolsonaro, que enfrenta forte rejeição entre o eleitorado feminino e os brasileiros com menos de 29 anos.

Também está na lista da

Câmara a votação de um requerimento de urgência para o projeto que altera a Lei da Arbitragem. A prática é uma forma de solucionar conflitos entre partes privadas, como empresas, sem a necessidade de abertura de um processo formal na Justiça. O texto em tramitação prevê, entre outras medidas, a divulgação de informações envolvidas na disputa e limitações para a atuação dos árbitros.

Novo cangaço

Além do baixo quórum no

Plenário da Câmara, a sessão sequer foi conduzida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) ou pelo vice, Lincoln Portela (PL-MG). Mas foram aprovados três requerimentos de urgência. Entre eles, para apreciação do PL 5365/2020, que tipifica o crime do chamado “novo cangaço” — grupos criminosos fortemente armados que invadem cidades do interior para praticar assaltos a bancos, impondo terror às comunidades e encurralando o Poder Público.

“O roteiro é quase sempre o mesmo. Os ladrões chegam de madrugada, bloqueiam os principais acessos à cidade e usam armamento pesado para atacar as forças policiais. Muitas vezes, usam as pessoas locais como reféns e como escudo humano, levando pânico para aqueles moradores”, disse o relator do projeto, deputado Sanderson (PL-RS). “Precisamos aprovar medidas contra essa prática criminosa que vem ganhando espaço dia a dia. É um dever nosso dar uma resposta à sociedade.”

Outro projeto na área de segurança que teve urgência aprovada foi o que dobra a pena para furtos cometidos em estado de calamidade pública. Também foi aprovada urgência do projeto que cria política de incentivo à pecuária leiteira.

Com a aprovação dos pedidos de urgência, os textos poderão ser votados diretamente pelo Plenário, sem necessidade de passar pela análise das comissões permanentes da Casa.

A Câmara também deu aval ao projeto de lei que institui a campanha nacional de incentivo à doação de cabelo a pessoas carentes em tratamento de câncer ou vítimas de escaldamento. O texto segue para o Senado Federal.